

## Edite Azevedo

---

**De:** Bruno Ribeiro Tavares <Bruno.RibeiroTavares@ar.parlamento.pt>  
**Enviado:** 23 de maio de 2017 16:08  
**Para:** Assuntos Parlamentares  
**Cc:** Iniciativa legislativa  
**Assunto:** Iniciativas Legislativas | Emigração  
**Anexos:** pjr877-XIII.doc; pjr876-XIII.doc

**Importância:** Alta

Exmo. Senhor Chefe do Gabinete de

Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores,

Encarrega-me a Chefe do Gabinete de Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República, Dra. Maria José Ribeiro, de, para efeitos do disposto no n.º 2 do artigo 229.º da Constituição da República Portuguesa e do artigo 142.º do Regimento da Assembleia da República, enviar cópia das iniciativas infra, para **emissão de parecer no prazo de 20 dias**, nos termos da Lei n.º 40/96, de 31 de agosto, e do n.º 4 do artigo 118.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores:

**Projeto de Resolução n.º 876/XIII/2.ª (PS)**

*Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa*

Processo disponível em

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=41384>.

**Projeto de Resolução n.º 877/XIII/2.ª (PS)**

*Pela criação de um Museu Nacional da Emigração*

Processo disponível em

<http://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=41385>.

Com os meus melhores cumprimentos,

**Bruno Ribeiro Tavares**

Assessor do Presidente da Assembleia da República

*Advisor to the President of the Assembly of the Republic*

Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa  
Portugal  
T. + 351 213 919 267

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES	
ARQUIVO	
Entrada: 1772	Proc. n.º 02-08
Data: 09 / 05 / 23	N.º 80 / 21



## **Projeto de Resolução n.º 876/XIII**

### **Pela valorização do ensino da história da emigração portuguesa**

A emigração portuguesa é parte integrante da nossa história e da nossa identidade. Sempre existiu ao longo dos séculos e é responsável por um legado humano considerável espalhado por todos os continentes. Desde os tempos da expansão marítima até à última vaga migratória da segunda década do século XX, as razões que levaram os portugueses a deixar o seu país são diversas. Onde quer que tenham chegado e independentemente dos contextos culturais, os portugueses sempre mostraram uma considerável capacidade de adaptação, não obstante as dificuldades, perigos e dramas que também viveram. Trata-se de uma realidade que merece ser conhecida de todos, o que se pode fazer através do ensino da história da emigração, integrado nos currículos escolares, numa abordagem que faça justiça às sucessivas gerações de portugueses que tiveram de deixar o país em busca de outra vida.

Ao longo dos séculos, as expressões da emigração foram variando, consoante os contextos económicos, sociais e políticos. Durante todo o século XX registaram-se dois movimentos migratórios bem definidos. Um, na primeira metade do Século XX, que foi uma emigração transoceânica, dirigida particularmente para o continente americano, que a ditadura procurou combater através dos seus meios de repressão e propaganda. Já na segunda metade do Século XX, a emigração foi sobretudo para a Europa, logo a seguir à Segunda Grande Guerra, e dirigiu-se acima de tudo para França e para a Alemanha, ambas com características muito distintas, e mais tarde para países como o Luxemburgo, a Suíça ou o Reino Unido.

Durante o período da ditadura, o regime procurou sempre ter um controlo apertado sobre a emigração, utilizando-a em seu proveito, condicionando a vida das pessoas e a sua forma de pensar e de agir. Se a emigração para a Alemanha foi controlada e os portugueses sabiam antecipadamente onde iam trabalhar e residir, para França teve uma importante componente de clandestinidade, conhecida pela emigração “a salto”, o que não impediu uma atitude de abertura por parte das autoridades francesas, que legalizaram todos os que chegavam de forma irregular. Mas que não evitou também que muitos portugueses acabassem a viver em condições muito precárias nos *bidonvilles* na periferia de Paris.



Esta é, portanto, parte integrante da nossa história coletiva, que merece ser reconhecida, valorizada e dignificada e não a indiferença ou a negação porque, quer queiramos ou não, ela está sempre presente de forma profundamente emotiva. Uma história que ainda hoje está marcada pelo estigma, que se foi cristalizando ao longo de todo o século XX, contribuindo de forma injusta para a existência de preconceitos que impedem uma relação normal com o vasto universo de portugueses residentes no estrangeiro. E nunca foi feita a necessária pedagogia para eliminar os preconceitos nem para compreender a emigração portuguesa na sua ação transformadora, tanto no país que ficou para trás como nos países de acolhimento, a nível económico, social, cultural e político.

Não deixa de ser estranho que uma estratégia integrada de valorização do ensino da história da emigração nunca tenha sido equacionado de forma detalhada, tanto mais que haverá poucos portugueses que não tenham pelo menos um familiar que não tenha vivido a experiência da emigração. Pelo que a história da emigração também se cruza, inevitavelmente, com a história daqueles que nunca saíram do país ou que um dia regressaram com outras formas de ver a sociedade e a vida.

Abordar a história da emigração portuguesa de forma não articulada apenas arrisca ajudar a perpetuar os preconceitos, impedindo assim a necessária reconciliação nacional do país com todos aqueles que um dia tiveram de emigrar. Além disso, uma melhor compreensão da emigração é certamente um dos melhores antídotos para combater a ressurgência dos discursos xenófobos que, com demasiada facilidade, tem marcado as nossas sociedades nos últimos tempos.

É importante, por isso, ensinar de forma aprofundada a história da emigração a nível do ensino secundário, dando a conhecer como evoluiu em todas as suas facetas, na sua dimensão cultural e humana, no seu valor económico, na sua importância política e diplomática, mas também, claro, em todos os aspetos menos positivos e até dolorosos que em determinados períodos da nossa história caracterizou o fenómeno migratório português.

Tal como é importante fomentar os estudos destas temáticas ao nível do ensino superior, tanto em universidades portuguesas como estrangeiras, particularmente nos países onde existe emigração portuguesa. Não basta afirmarmos a grandiosidade do



povo que deu novos mundos ao mundo e estarmos sempre a exaltar o nosso universalismo. Temos também de olhar de frente para a nossa emigração, para aquilo que ela representa e para a forma como moldou aquilo que somos como povo e como nação.

Assim, nos termos regimentais e constitucionais aplicáveis, os Deputados abaixo-assinados apresentam o seguinte projeto de resolução:

A Assembleia da República resolve, nos termos da alínea b) do art.º 156º da Constituição da República Portuguesa, recomendar ao Governo que:

1. Seja reforçada a presença nos currículos escolares da história da emigração portuguesa, de forma integrada e nas suas várias dimensões;
2. Seja apoiado o desenvolvimento de linhas de investigação sobre a emigração portuguesa nas instituições de ensino superior portuguesas e estrangeiras, em particular em países com presença relevante de comunidades portuguesas.

Palácio de São Bento, 17 de maio de 2017

Os Deputados do Partido Socialista

(Paulo Pisco)